



20
25

EDIÇÃO 001

BOLETIM
AGROFAET



PRODUTOR QUE RETIFICA O CAR SÓ TEM A GANHAR

A Regularização Ambiental Rural é um conjunto de ações estabelecidas no Código Florestal para garantir equilíbrio ambiental e produtivo do imóvel rural. O primeiro passo é o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Em seguida, é preciso acompanhar sua análise pelo órgão estadual competente e realizar as retificações necessárias.

Para isso, o Sistema CNA vai te ajudar com o RetifiCAR.

Procure seu sindicato rural e saiba o que é preciso fazer para continuar tendo acesso a todos os benefícios que só o CAR retificado pode ferecer.

**Produtor que retifica o CAR
só tem a ganhar.**

BENEFÍCIOS:

- ✓ Acesso ao crédito rural com melhores condições de financiamento;
- ✓ Oportunidade para certificações ambientais;
- ✓ Acesso ao mercado de Cotas de Reserva Ambiental (CRA);
- ✓ Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).

Produtor, procure o seu **sindicato rural**, ele vai te orientar a retificar o seu CAR e percorrer todas as etapas da **regularização ambiental**.

Para mais informações,
contate nossa equipe:

(63) 99208-2355  [agropassos.eng](https://www.instagram.com/agropassos.eng)
ambiental@agropassos.eng.br



FAET

Federação da Agricultura
e Pecuária – Tocantins

É com grande satisfação que apresentamos a primeira edição do Boletim Trimestral da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins – FAET. Este é um marco importante para a nossa instituição, que passa a contar, a partir de agora, com um instrumento estratégico de comunicação técnica, análise de dados e acompanhamento das pautas prioritárias do setor agropecuário tocanntinense.

O boletim nasce do compromisso da FAET em oferecer informações confiáveis, atualizadas e relevantes para os produtores rurais, sindicatos, técnicos, gestores públicos e todos os atores envolvidos no desenvolvimento do nosso agro.

Reunimos, nesta edição inaugural, indicadores econômicos, desempenho das cadeias produtivas animal e vegetal, exportações, políticas públicas, além da atuação institucional da FAET nos conselhos, câmaras técnicas e fóruns estaduais e nacionais.

Vivemos um período desafiador, mas também de grandes oportunidades para o agronegócio tocanntinense. Através deste boletim, queremos apoiar decisões mais assertivas, dar visibilidade às conquistas do setor, fortalecer a representação da classe produtora e contribuir com o planejamento de ações futuras. Agradeço a toda a equipe técnica da FAET que se dedicou à construção deste informativo e reafirmo nosso compromisso com a transparência, a informação de qualidade e a valorização de quem produz. Que este seja apenas o primeiro de muitos boletins a serviço do desenvolvimento rural do Tocantins.

Boa leitura!

Paulo Carneiro

Presidente do Sistema FAET/SENAR



EXPEDIENTE

PRESIDENTE

PAULO CARNEIRO

1º VICE-PRESIDENTE

ROGÉRIO MORAIS DOS REIS

2º VICE-PRESIDENTE

VANDERLEI SILVA

TESOURARIA E SECRETARIA

EURÍPEDES MARTINS DA COSTA
LUIZ CARLOS MARINHO DO REGO
OZENIRA MARQUES CALDEIRA

CONSELHO FISCAL

DARCY DÁRIO DREWS
HERMES PAES FEITOSA
JACKSON SOUZA LIMA
CLEITON MARINHO DE BRITO
JANUÁRIO DA SILVA ABREU JÚNIOR

SUPERINTENDENTE DA FAET

FREDERICO SODRÉ

DEPARTAMENTO SINDICAL

MILLER VIEIRA SANTANA

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

CARLA CARIELLY MILHOMEM SILVA
CASSIANE DAL BEN FIALHO
RUTH MARIA DE JESUS

COORDENAÇÃO TÉCNICA

LUIZ CLÁUDIO FARIA

ASSESSORIA TÉCNICA

FABRIEL WANDERLEI
GABRIELA SILVA ARAÚJO
LAÍS GIULIANI FELIPETTO
MARIA CLARA TEIXEIRA

SUPERVISÃO EDITORIAL

ROGÉRIO SILVA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

JEAN DOURADO NAVA

CONTATOS DA ASSESSORIA TÉCNICA DA FAET

ENDEREÇO: ACNO 01, RUA NO 5, LOTE 38,
PLANO DIRETOR NORTE, PALMAS/TO
CEP: 77.001-020
EMAIL: COMISSOES@FAETRURAL.COM.BR
TELEFONE: (63) 3219-9242

sumário

MERCADO DE TRABALHO.....	5
Dados do Mercado de Trabalho do Agronegócio.....	5
CEPEA 01 TRI 2025	5
Dados do CAGED	5
MAIO/25 – BRASIL – TOCANTINS	5
[CAGED] Brasil cria 148.992 mil empregos formais em maio.....	5
[CAGED] Tocantins cria 967 empregos formais em maio.....	5
Dados do PNAD 1º Trimestre - Brasil - Tocantins.....	6
PANORAMA (Agronegócio do Tocantins).....	7
Dados do Mercado de Trabalho do Agronegócio.....	7
CEPEA 01 TRI 2025	7
Grãos	12
INFORME SETORIAL	16
Oficina de Elaboração do Plano Estadual para a Promoção da Cultura Exportadora - FIETO.....	17
Audiência pública da ANEEL Nº 002/2025: Revisão tarifária periódica.....	17
Reunião Conjunta da Comissão Nacional de Empreendedores Familiares Rurais e do Grupo de Trabalho Econômico	17
139ª Reunião Ordinária do CDE-TO.....	18
01ª Reunião do Grupo de Trabalho Sobre a Regulamentação da Lei de Bioinsumos da CNA.....	19
Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Florestas do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Tocantins	20
01ª Reunião Ordinária da Comissão de Sementes e Mudas do Tocantins	20
140ª Reunião Ordinária do CDE-TO.....	20
3ª Reunião Ordinária do Conselho Jurídico e 3ª Reunião Ordinária da CNRTPS.....	21
Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Aves e Suínos da CNA.....	21
10ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente do Fundo Estadual do Meio Ambiente	22
17ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Outorga e Ações Reguladoras	22
Oficina Boi na Linha	23
Reunião Ordinária 04/06 e Reunião Extraordinária 12/06 - CETER.....	23
Assembleia de Composição da Comissão da Produção Orgânica no Estado do Tocantins (CPORg-TO) para o Biênio 2025-2027	24
Plenária para a Contribuições às Diretrizes e Prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e Fundos de Desenvolvimento da Amazônia Legal	25
Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Aquicultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)	25
40ª Reunião da Câmara Setorial da Piscicultura do Tocantins – CSP	26
60ª Reunião - Assuntos Jurídicos CERH.....	26
Reunião de Trabalho com a The Nature Conservancy (TNC)	26
190ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos do COEMA	27
Reunião Estadual das Estatísticas Agropecuárias	27
Reunião - COEMA (PLENÁRIA)	28
II Workshop de Licenciamento Ambiental e Crédito na Pesca e Aquicultura	29
Capacitação DJE pela CNA.....	29
II Reunião Ordinária Anual dos membros da Câmara Setorial da Apicultura	30
Reunião da Equipe Gestora Estadual para Febre Aftosa.....	30
4ª Reunião do Núcleo de Relações Institucionais da CNA em 2025.....	31
Reunião da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA.....	32
Nota técnica PL do licenciamento ambiental.....	32
Nota técnica PL do Imposto de Renda.....	33
Nota sobre o IOF.....	33



MERCADO DE TRABALHO

DADOS DO MERCADO DE TRABALHO DO AGRONEGÓCIO CEPEA 01 TRI 2025

No primeiro trimestre de 2025, o número de pessoas ocupadas no setor do agronegócio brasileiro alcançou 28,5 milhões, o maior patamar desde o início da série histórica em 2012. Esse resultado representa um crescimento de 1,1% (aproximadamente 312,5 mil pessoas) em comparação com o quarto trimestre de 2024. (CEPEA, 01.TRI.2025).

O aumento foi impulsionado pelas ocupações nos agrosserviços, segmento que concentra a maior parte dos trabalhadores do setor e abrange atividades

como transporte, armazenagem, comércio, além de serviços jurídicos, administrativos e contábeis, todos voltados ao suporte da cadeia produtiva. (CEPEA, 01.TRI.2025).

Esse avanço acompanha a expansão mais ampla do mercado de trabalho brasileiro, que no mesmo período apresentou uma taxa de desocupação de 7,0%.

Para mais informações sobre os dados do mercado de trabalho - CEPEA 01 TRI 2025 clique aqui: <https://bit.ly/4mcPWkQ>

DADOS DO CAGED MAIO/25 – BRASIL – TOCANTINS

[CAGED] BRASIL CRIA 148.992 MIL EMPREGOS FORMAIS EM MAIO

De acordo com o Novo Caged, o **Brasil** gerou 148.992 novos empregos com carteira assinada em **maio de 2025**. O resultado decorre de 2.256.225 admissões e 2.107.233 desligamentos, representando uma variação relativa de **0,31%** no estoque total de vínculos celetistas ativos, que chegou a **48.251.304 milhões de postos formais**. No acumulado do ano (jan-mai/2025), o saldo positivo atingiu **1.051.244 vagas**, com destaque para os setores de **serviços (+562.984)**, **indústria (+209.685)**, **construção (+149.233)**, **comércio (+56.708)** e **agropecuária (+72.650)**. (CAGED - MAIO/25)

[CAGED] TOCANTINS CRIA 967 EMPREGOS FORMAIS EM MAIO

De acordo com o Painel de Informações do Novo Caged, que apresenta os resultados dos dados de empregabilidade, podemos extrair os seguintes dados.

No acumulado do ano (jan-mai/2025), o estado contabiliza **8.696 novos postos de trabalho**, saldo de **63.250 admissões** e **54.554 desligamentos**,

com variação relativa para o período de **+3,36%**.

No cenário de **maio de 2025** o Tocantins registrou **967 novas vagas formais**, conforme dados do Caged. O número é resultado de **12.080 admissões** e **11.113 desligamentos**, representando uma **variação relativa de 0,36%** sobre o estoque de vínculos celetistas no estado.

Entre os grandes grupamentos da economia tocantinense, o **setor de serviços** foi novamente o destaque, com **saldo positivo de 604 vagas**, seguido pela **construção civil (+382)**, **comércio (+100)** e **indústria (+174)**. Por outro lado, o **setor agropecuário** apresentou recuo de **-293 postos**.

Nesta senda o mesmo período de **maio do ano de 2024** para o grupamento da atividade econômica de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura no estado do Tocantins retorna **saldo negativo de (-226)** entre admissões e desligamentos.

No contraste deste cenário verifica-se que entre os **períodos de jan-mar de**

2024 o saldo de empregabilidade do setor agropecuário foram positivos (+767), com destaques para **produção de lavouras temporárias (+413)**, atividades de apoio à agricultura e à **pecuária (+126)** e produção de sementes e **mudas certificadas (+126)**, por último o segmento **pecuária** obteve saldo de **(+70)**.

No mesmo período jan-mar de 2025, o saldo do setor agropecuário repete a mesma

tendência com saldo de empregados celetistas ativos (+916), com destaques para produção de lavouras temporárias (+624), atividades de apoio à agricultura e à pecuária (+220) e produção de sementes e mudas certificadas (+78), por último o segmento pecuária obteve saldo de (+51).

Para mais informações sobre os dados de empregabilidade, pode ser acessado no Painel de Informações do Novo Caged.

Saldo líquido de vagas em maio de 2025 no Tocantins por setor:		
Setores	Saldo	%
Serviços	604	0,47%
Construção	382	2,66%
Indústria	174	0,65%
Comércio	100	0,15%
Agropecuária	-293	-0,93%
Total	967	0,36%

Fonte: Novo Caged – MTE. Elaboração DTeo/FAET

DADOS DO PNAD 1º TRIMESTRE - BRASIL - TOCANTINS

Com base na PNAD Contínua do IBGE para o 1º trimestre de 2025, o Tocantins apresentou uma taxa de desocupação de 6,4%, configurando-se como a 11ª menor do Brasil e a 2ª mais baixa da região Norte,

ficando atrás apenas de Rondônia (3,1%).

O resultado ficou abaixo da média nacional, que foi de 7%, evidenciando o desempenho positivo do estado no contexto nacional. Embora tenha havido uma alta moderada em relação ao trimestre anterior (5,1%). (IBGE - PNAD Contínua 1º trimestre/2025)

Ranking por Estado da Região Norte		
Taxa de Desemprego		
Menores Taxas		
\$	Norte	Taxa de Desemprego
1	Rondônia	3,1
2	Tocantins	6,4
3	Roraima	7,6
4	Acre	8,2
5	Pará	8,7
6	Amapá	8,7
7	Amazonas	10,1

PANORAMA

AGRONEGÓCIO DO TOCANTINS

DADOS DO MERCADO DE TRABALHO DO AGRONEGÓCIO CEPEA 01 TRI 2025



GADO DE CORTE

Conforme os dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA Esalq/USP), no final do mês de abril e início de maio o preço dos bovinos para abate (machos e fêmeas) apresentou baixa, já no mês de junho ocorreu uma variação de 3,6%, atingindo mínima de R\$306,10 e máxima de R\$317,40.

Indicador do Boi Gordo CEPEA/ESALQ - Junho				
Data	Valor R\$	Var./Dia	Var./Mês	Valor US%
30/06/2025	317,4	0,00%	3,69%	57,86
27/06/2025	317,4	0,52%	3,69%	57,86
23/06/2025	317,4	0,00%	2,71%	57,13
20/06/2025	317,4	0,00%	2,71%	57,13
18/06/2025	317,4	0,18%	2,71%	57,13
17/06/2025	313,85	-0,16%	2,53%	57,05
16/06/2025	314,35	0,00%	2,70%	56,77

Fonte: CEPEA

Dessa forma, desde junho o mercado pecuário está estável, conforme os dados apresentados na tabela acima, sendo que o preço subiu quando comparado a maio. Provavelmente, isso ocorreu pela menor oferta de animais, desse modo que a indústria frigorífica precisou reajustar os preços (CEPEA, 2025). Além disso, já iniciaram as vendas de gado de confinamento, esses animais são mais padronizados e com bom acabamento de carcaça, de forma que alcançam valores maiores (Scot Consultoria, 2025).

No entanto, no início de julho, os preços do boi gordo recuaram, provavelmente devido à menor demanda no mercado interno, comum na segunda quinzena do mês. Ao mesmo tempo, o dólar atingiu o menor valor do ano, reduzindo momentaneamente as margens de lucro da indústria exportadora, pressão que também contribui com a baixa nos valores de compra de animais (Scot Consultoria, 2025).

Indicador do Boi Gordo CEPEA/ESALQ - Junho

Data	Valor R\$	Var./Dia	Var./Mês	Valor US%
30/06/2025	317,4	0,00%	3,69%	57,86
27/06/2025	317,4	0,52%	3,69%	57,86
23/06/2025	317,4	0,00%	2,71%	57,13
20/06/2025	317,4	0,00%	2,71%	57,13
18/06/2025	317,4	0,18%	2,71%	57,13
17/06/2025	313,85	-0,16%	2,53%	57,05
16/06/2025	314,35	0,00%	2,70%	56,77

Fonte: CEPEA

Dessa forma, desde junho o mercado pecuário está estável, conforme os dados apresentados na tabela acima, sendo que o preço subiu quando comparado a maio. Provavelmente, isso ocorreu pela menor oferta de animais, desse modo que a indústria frigorífica precisou reajustar os preços (CEPEA, 2025). Além disso, já iniciaram as vendas de gado de confinamento, esses animais são mais padronizados e com bom acabamento de carcaça, de forma que alcançam valores maiores (Scot Consultoria, 2025).

No entanto, no início de julho, os preços do boi gordo recuaram, provavelmente devido à menor demanda no mercado interno, comum na segunda quinzena do mês. Ao mesmo tempo, o dólar atingiu o menor valor do ano, reduzindo momentaneamente as margens de lucro da indústria exportadora, pressão que também contribui com a baixa nos valores de compra de animais (Scot Consultoria, 2025).

Indicador do Boi Gordo CEPEA/ESALQ - Julho

Data	Valor R\$	Var./Dia	Var./Mês	Valor US%
10/07/2025	299,70	-1,74%	-5,58%	54,09
09/07/2025	305,00	-0,20%	-3,91%	55,53
08/07/2025	305,60	-0,02%	-3,72%	56,11
07/07/2025	305,55	-1,56%	-3,73%	55,77
04/07/2025	310,40	0,00%	-2,21%	57,35
03/07/2025	310,40	-0,08%	-2,21%	57,35
02/07/2025	310,65	0,00%	-2,13%	56,86
01/07/2025	310,65	-2,13%	-2,13%	56,86

Fonte: CEPEA

No Tocantins, conforme última cotação, dia 08/07/2025, o preço médio foi de R\$290,00 do “Boi China”- máximo de 04 dentes, abaixo dos 30 meses e com Guia de Trânsito especificada-; enquanto que o boi gordo foi de R\$284,00 à vista e R\$287,00 à prazo (Scot Consultoria, 2025).

De acordo com a Scot Consultoria, em 08/07/2025, os preços da carne bovina em São Paulo apresentaram variações

em relação ao mesmo período de 2024: a carcaça casada de boi castrado foi cotada a R\$ 20,65/kg (+ R\$10,00), a carcaça casada de boi inteiro foi de R\$ 19,20/kg (+ R\$4,85), a carcaça de vaca casada a R\$ 18,65/kg (+ R\$4,35) e a carcaça de novilha casada a R\$ 19,15/kg (+ R\$4,50). Já no Tocantins, conforme informação repassada pelo Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados do Estado do Tocantins (Sindicarnes), no início de julho a carcaça

casada bovina de boi variou de R\$20,00 a R\$21,50/Kg, enquanto que a carcaça casada de vaca foi de R\$19,00 a R\$19,50/Kg.

QUANTITATIVO DE BOVINOS NO ESTADO E ÍNDICES DE EXPORTAÇÃO

O Tocantins está batendo recordes na produção de bovinos de corte e atualmente registra quase nove vezes mais bovinos que o número de habitantes, totalizando 11.313.309 cabeças, o maior número da série histórica iniciada em 1997 (IBGE, 2023). Atualmente, o estado ocupa a 9ª posição no ranking de maior produção de carne bovina do país, sendo que cinco municípios concentram de 20% a 30% do rebanho do Tocantins, além de terem os maiores frigoríficos do estado, são eles: 1) Araguaçu - 521.016, 2) Formoso do Araguaia - 338.156, 3) Araguaína - 302.345, 4) Peixe - 298.277 e 5) Arraias - 284.659 (IBGE, 2023; Adapec, 2025).

Os abates em 2024 também apresentaram crescimento de 7% quando comparado ao ano de 2023, com aumento de mais de 1,3 milhão de animais abatidos, devido à alta demanda do mercado interno e externo pela carne bovina (SEAGRO, 2025). Em 2024, o valor bruto de produção (VBP) de bovinos no estado foi de R\$164.409.483.637 bilhões, dessa forma as exportações corresponderam à, aproximadamente, 1,5% do valor (MAPA, 2025).

Em 2024, a exportação da carne bovina alcançou recordes no estado, totalizando cerca de 102 mil toneladas, sendo que os principais mercados consumidores externos foram: China - 47%, Espanha - 7,5%, Suíça - 5,1%, Egito - 4,8% e Turquia - 4,1%, totalizando na arrecadação de 463 milhões de dólares, aproximadamente R\$2.431.753.619 bilhões, com um aumento de 10,1% em relação a 2023 (SEAGRO, 2025; MAPA, 2025).

VENDAS EXTERNAS EM 2025 CRESCEM MAIS QUE PRODUÇÃO DOMÉSTICA

A produção brasileira de carne bovina segue em crescimento, sendo que a demanda externa está sendo maior. Segundo os dados do IBGE, no primeiro trimestre deste ano, a produção aumentou 2,73% em relação ao mesmo período de 2024. As exportações brasileiras de carne bovina, por sua vez, cresceram quase 12%

em igual comparativo, segundo números da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Além disso, o volume exportado por dia aumentou 13% de maio para junho, subindo para a média de 11,7 mil toneladas de carne in natura (CEPEA, 2025).

Conforme o IBGE, foram produzidas 64.925 mil toneladas a mais de carne no primeiro trimestre, quando comparado ao ano de 2024. Já as vendas externas, conforme o Secex, foram ampliadas em 70.972 mil toneladas. Os preços tanto do boi quanto da carne já haviam sinalizado esse quadro, conforme levantamentos do Cepea. Vale ressaltar que o indicador do Boi Gordo CEPEA/ESALQ (estado de São Paulo) foi 22% maior, quando comparado ao primeiro trimestre de 2024. No mesmo comparativo, a carcaça casada bovina no atacado da Grande São Paulo teve valorização de 23,8% (CEPEA, 2025). Isso está associado a fatores como a retomada das exportações e a virada do ciclo pecuário, com menor oferta de animais para abate.

CONFINAMENTO EM GADO DE CORTE

Segundo dados da Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins (Adapec), o número de estabelecimentos para confinamento de bovinos teve aumento no Tocantins no ano de 2024 e segue em expansão este ano. De forma que, o número de propriedades com confinamentos e/ou semiconfinamentos aumentou de 296 em 2023 para 299 em 2024, e o número de bovinos confinados passou de 370 mil para 416.547 mil cabeças, respectivamente. Ou seja, quando comparado ao total de propriedades rurais com bovinos - 58.381 propriedades, totalizando 11.551.223 animais - o confinamento representa apenas 0,5% das propriedades e 3,6% dos animais no estado do Tocantins (ADAPEC, 2025).

No Tocantins, o confinamento de gado de corte ocorre entre maio e dezembro, durante a estiagem, garantindo melhor manejo, sanidade e qualidade dos animais. Criados em lotes e alimentados em piquetes ou currais, os bovinos mantêm o peso e valor de mercado. O sistema traz vantagens tanto para os pecuaristas quanto para o Estado, pois aumenta a oferta de carne, mesmo quando outros produtores param na fase de cria.

PREÇOS DA CARNE APÓS CONFIRMAÇÃO DE GRIPE AVIÁRIA

A confirmação de um caso de gripe aviária em uma granja comercial no Brasil, em 15/05/2025, gerou preocupação nos setores de carnes e grãos. No entanto, mesmo em dias subsequentes ao evento, o mercado interno de carne de frango não apresentou mudanças significativas na oferta (CEPEA, 2025).

Em contraste, os embarques de carne de frango (in natura e industrializada) em maio registraram uma queda de 17,4% em relação a abril, totalizando aproximadamente 80.539.775 toneladas. Na comparação com maio de 2024, a retração foi de 13,3% (MAPA, 2025). Essa diminuição está relacionada aos embargos impostos por inúmeros países — incluindo a China, principal compradora da carne de frango brasileira, que suspendeu as importações por 60 dias —, os quais interromperam total ou parcialmente as compras do produto nacional (CEPEA, 2025).

Ainda como consequência do caso positivo e das restrições comerciais, os preços médios da carne de frango negociada no mercado atacadista da Grande São Paulo registraram, de maio para junho, a queda mais intensa em 18 anos (CEPEA, 2025). No entanto, no dia

18 de junho, o Brasil voltou a ser certificado como livre da doença, após ter cumprido todos os protocolos internacionais, cenário que gerou otimismo no setor (MAPA, 2025).

Após a obtenção da certificação, houveram reações positivas do preço da carne de frango, porém distante de gerar uma recuperação nas expressivas quedas das primeiras semanas do mês. Em junho, no atacado da Grande São Paulo, o frango inteiro resfriado apresentou média de R\$7,50/kg, queda de 13,4% frente à de maio. Trata-se da maior variação negativa em 18 anos, resultando no menor valor médio mensal desde setembro de 2024, considerando as médias mensais do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de maio de 2025 (CEPEA, 2025).

Apesar de uma melhora nas vendas no início do mês de julho, a forte concorrência ainda inviabiliza ajustes positivos nas cotações da carne de frango (ABPA, 2025). Vale ressaltar que o cenário nacional foi um reflexo do que aconteceu nos estados, inclusive, no Tocantins. De forma que a indústria conseguiu controlar os embargos de exportação, não causando impactos significativos nas demais cadeias produtivas.



PECUÁRIA LEITEIRA

Conforme dados do IBGE divulgados em junho, nesse primeiro trimestre do ano o Tocantins apresentou 0,5% da produção nacional de leite, sendo o terceiro maior produtor da região Norte, atrás de Rondônia e Pará. No entanto, em esfera nacional o Tocantins ocupa apenas o 20º lugar na produtividade de leite do Brasil, com volume trimestral de 33.836 litros, enquanto que a média nacional é de 6.491.076 litros.

Vale ressaltar que o sistema leiteiro tocantinense ainda possui baixa tecnologia, com dificuldades de manejo devido ao solo ácido e pastagem insuficiente. Além disso, a cadeia produtiva do

leite está vinculada à pequenos produtores que, muitas vezes, possuem orçamento e incentivo insuficiente para melhorar os índices produtivos da propriedade.

A média nacional do valor do litro de leite cru pasteurizado em maio foi de R\$2,64/litro, enquanto que em junho foi de R\$2,75/litro. Já no Tocantins, foi de R\$1,75 até R\$2,50, com média de R\$2,14 e variação de R\$0,38, estando abaixo da média nacional (Milk Point & SCOT Consultoria, 2025). Vale ressaltar que a baixa no preço do leite ao produtor ocorre em momento atípico, mas é justificada pelo aumento da oferta e pelo enfraquecimento na demanda por lácteos na ponta final da cadeia (CEPEA, 2025).



PISCICULTURA

O Tocantins subiu no ranking nacional de produção de pescados, subindo de 18º para 17º maior produtor brasileiro, os dados foram divulgados no Anuário de 2025 da Associação Brasileira da Piscicultura (PeixeBr). No documento descreve os quantitativos referentes ao ano de 2024, o estado produziu 18,1 mil toneladas de pescado, sendo 17,4 mil toneladas de peixes nativos e outras 700 toneladas de tilápia, um aumento de 3,1% em relação a 2023, quando foram produzidas 17.556 toneladas. Também houve um aumento de 1,54% na produção de espécies nativas e 66,66% na produção de tilápia.

Ainda conforme o anuário, os municípios tocaninenses que mais produziram pescado em 2024, foram: Almas, que lidera a produção; seguido de Sítio Novo e Dianópolis. O Anuário de 2025 também traz dados de áreas de viveiros escavados no estado, que são um volume de 4.144, com 9.331 viveiros e 350 tanques-rede.

Vale ressaltar que com o objetivo de contribuir com a cadeia produtiva do estado e representando também todos os produtores, no mês de junho, a FAET foi incluída na Câmara Setorial de Piscicultura, vinculada à Secretaria da Pesca e Aquicultura.



APICULTURA

Conforme os dados do IBGE de 2023, o Brasil produziu 64.188.949 Kg com valor de produção de R\$ 908.084.000. Entre os estados, o Rio Grande do Sul é o maior produtor com 9.111.304 Kg, enquanto o Tocantins aparece na 23ª posição, com produção de mel de 108.372 Kg e valor de produção de R\$ 4.294.000.

O estado do Tocantins foi dividido em seis sub-regiões apícolas, conforme delimitação da Câmara Setorial de Apicultura, vinculada à Secretaria de Agricultura e Pecuária (SEAGRO). Somando a produção dos anos de 2017 a 2023, os municípios que se destacaram na produção de mel em cada sub-região foram:

Região 01: Araguatins- 12.043 Kg; Região 02: Nova Olinda- 46.650 Kg; Região 03: Guaraí- 29.750 Kg; Região 04: Barrolândia- 14.420 Kg, Região 05: Palmas 71.950 Kg; Região 06: Formoso do Araguaia 34.864 Kg (IBGE, 2023).

No ano de 2024, o governo do Tocantins normatizou decretos e leis para ampliação da produção, o POLINIZA Tocantins foi realizado por meio do Decreto nº 6.789 DE 15 DE MAIO DE 2024, com a finalidade de promover o aumento na produção apícola por meio da melhoria da produtividade das culturas por meio da polinização dirigida, conservando a biodiversidade do Estado, protegendo os polinizadores existentes, em especial as abelhas.

Enquanto que a Lei da Meliponicultura Nº 4449 de julho de 2024 dispõe sobre a criação, o comércio, a conservação e o transporte de abelhas nativas sem ferrão (meliponíneos), no Estado do Tocantins, e adota outras providências. Assim como a Lei Nº 4.524 de setembro de 2024 institui a Política Estadual de Incentivo à Apicultura, no âmbito do Estado do Tocantins.

Também está sendo realizada a elaboração e execução do Censo da apicultura e meliponicultura no Tocantins,

com identificação georreferenciada das propriedades/polos de produção e caracterização qualitativa e quantitativa das áreas, sendo que o resultado desse censo será de suma importância para as próximas definições de políticas públicas do setor. Além disso, no mês junho foi realizada a 1ª Reunião Ordinária Anual do Grupo Gestor- Poliniza- TO, de modo que a FAET participou juntamente com órgãos do estado e entidades interessadas no setor apícola.

GRÃOS

A produção de grãos no Tocantins alcançou o maior volume da história na safra 2024/2025. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o estado colheu 9,46 milhões de toneladas, representando um crescimento de 17,3% em relação à safra 2022/2023, que registrou 8,01 milhões de toneladas.

(Fonte: Conab)



SOJA

O Tocantins registrou uma safra histórica na safra 2024/2025, ultrapassando a marca de 5 milhões de toneladas de soja, de acordo com dados da Conab. O grão segue como carro-chefe, com 1,57 milhão de hectares plantados e produção superior a 5,86 milhões de toneladas, respondendo por cerca de 62% da produção estadual de grãos.

A produtividade da oleaginosa teve um salto expressivo, saindo de 3.141 kg/ha para 3.773 kg/ha, um aumento de 19%, equivalente a um acréscimo médio de 12,6 sacas por hectare. Esse crescimento

reflete o impacto do manejo eficiente e da tecnologia nas lavouras, como o uso de cultivares adaptadas ao clima e solo da região, práticas de manejo do solo, como rotação de culturas e cobertura verde, e o uso de tecnologias de precisão, como drones, maquinários avançados e sensores para monitoramento.

O controle fitossanitário avançado e o investimento em sementes geneticamente melhoradas, contribuem para otimizar a produção e garantir maior eficiência no cultivo da soja.

(Fonte: Conab)



MILHO

A colheita da segunda safra de milho (safrinha) já avançou 25% da área plantada. De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), até o dia 21 de junho, 15% da área cultivada já havia sido colhida, seguindo um ritmo um pouco mais lento em comparação com a safra de 2024.

A área plantada aumentou 7%, passando de 395 mil para 440 mil hectares, com forte contribuição do uso de cultivares adaptadas e práticas modernas de cultivo. A estimativa é que o estado alcance uma produção de 2,39 milhões de toneladas de milho, com uma produtividade média esperada de 5.420 kg/ha, o equivalente a cerca de 90,3 sacas por hectare.

Com base nos dados da série histórica disponibilizado pela CONAB sobre a

produtividade do milho no Tocantins nas últimas safras, podemos observar uma tendência de crescimento registrando uma média de crescimento de 7,31% ao ano.

- Safra 2020/21: 4.191 kg/ha
- Safra 2021/22: 5.079 kg/ha
- Safra 2022/23: 4.759 kg/ha
- Safra 2023/24: 5.335 kg/ha
- Safra 2024/25: 5.454 kg/ha

Apesar de uma leve queda na safra 22/23 em relação à 21/22, a produtividade apresentou uma evolução positiva nas últimas duas safras (23/24 e 24/25), alcançando 5.454 kg/ha na safra 24/25, o que representa um aumento de 2,2% em relação à safra anterior (5.335 kg/ha).

(Fonte: Conab, Secretaria da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins)



ARROZ

A produção de arroz no Tocantins foi de 779,2 mil toneladas, com um crescimento de 3,4% em relação à safra anterior. O estado se mantém como o terceiro maior produtor nacional de arroz, refletindo o uso de técnicas de cultivo eficientes e boas condições climáticas. Esse crescimento é impulsionado pelo uso de cultivares adaptadas e práticas de manejo que aumentam a produtividade,

se consolidando como uma potência nacional na produção de arroz.

O Rio Grande do Sul segue como o maior produtor nacional, com uma produção estimada de 7,5 milhões de toneladas, o que representa uma grande área irrigada e uma alta produtividade média entre 7.000 kg/ha e 8.000 kg/ha. O estado se beneficia de tecnologia de ponta no manejo da irrigação e é responsável por mais de 50% da produção nacional de arroz.

Santa Catarina é o segundo maior produtor, com 1,275 milhão de toneladas de arroz, possui uma área plantada de aproximadamente 300.000 hectares e uma produtividade média entre 5.000 kg/ha e 6.000 kg/ha. SC se destaca por suas condições climáticas favoráveis e o uso de práticas modernas de cultivo, o que garante uma produção de qualidade e competitiva no cenário nacional.

(Fonte: Conab)



FEIJÃO

A produção de feijão no Tocantins foi de 86,7 mil toneladas na safra 24/25, destacando-se como uma cultura importante para o estado. Esse aumento reflete uma recuperação significativa em relação à safra 22/23, que registrou 53,1 mil toneladas.

A expansão na produção de feijão é resultado de diversos fatores, como a ampliação de áreas de pastagem convertidas para a agricultura, o uso de cobertura verde para melhorar a fertilidade do solo e as condições climáticas favoráveis, com temperaturas, chuvas e sol ideais para o crescimento das lavouras.

(Fonte: Conab)



ALGODÃO

A cultura do algodão tem mostrado um crescimento constante no Tocantins. Na safra 24/25, a área plantada aumentou 47,06%, alcançando 12,5 mil hectares, com a produção estimada em 54,5 mil toneladas de algodão em caroço. Esse aumento significativo reflete o crescimento do interesse dos produtores em diversificar suas culturas e melhorar a rentabilidade das propriedades.

Em relação à safra 23/24, o estado já havia registrado um aumento de 34,2% na área plantada, atingindo 8.823 hectares cultivados. Os principais municípios produtores incluem Dianópolis, Campos Lindos e Nova Rosalândia, que se destacam pela produtividade e pela adoção de tecnologias agrícolas inovadoras.

(Fonte: Conab, Secretaria da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins)



MANDIOCA

A mandioca é uma das culturas agrícolas de destaque no Tocantins, com grande potencial de produção. Em 2024, o município de Miracema do Tocantins se destacou, com cerca de 700 hectares plantados e uma produção de 13,7 mil toneladas, alcançando uma produtividade média de 19.570 kg/ha.

Entretanto, a produção de mandioca no estado tem enfrentado um desafio crescente: a infestação da mosca-das-galhas da mandioca (*Jatrophobia brasiliensis*). Embora anteriormente considerada uma praga secundária, essa mosca tem se tornado uma grande preocupação para os produtores locais, com perdas de até 100% nas lavouras recém-plantadas. A praga tem se espalhado com intensidade nas lavouras do estado, afetando gravemente a produtividade.

As larvas da mosca-das-galhas se alimentam dos tecidos internos das folhas, provocando

a formação de galhas ou verrugas. Isso reduz a capacidade fotossintética da planta, compromete seu desenvolvimento e pode levar à morte das plantas jovens. A infestação foi inicialmente subestimada por muitos produtores, mas a sua rápida propagação tem exigido ações imediatas.

A Embrapa Pesca e Aquicultura, com sede em Palmas (TO), juntamente com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins), tem trabalhado de perto com os produtores para conter o avanço da praga. O controle segue os princípios do Manejo Integrado de Pragas (MIP), priorizando métodos culturais, como rotação de culturas, o uso de cultivares resistentes, e práticas de manejo, como a destruição das folhas com alta infestação e o plantio em períodos secos com irrigação. O uso de produtos biológicos e químicos também é adotado, mas com cautela para evitar resistência da praga.

(Fonte: Conab, Secretaria da Agricultura e Pecuária, EMBRAPA)

DOMINE O AGRONEGÓCIO
DO **FUTURO**.

PORTFÓLIO DE CURSOS DO SENAR



Tecnologia no Campo:
Drones e Agricultura de Precisão



Gestão Rural e
Empreendedorismo Rural



Manejo Sustentável e
Segurança no Trabalho



www.
sistemafaetsenar.org.br
▶ [/SistemaFaetSenar](#)
▶ [/SistemaFaet](#)
▶ [/FaetSenar](#)

Idade Mínima **18 anos**



INFORME SETORIAL

Os Informes Setoriais reúnem a participação institucional da FAET em reuniões, oficinas, comissões e conselhos estratégicos, tanto em nível estadual quanto nacional. Esses relatos detalham as principais pautas discutidas, deliberações tomadas e posicionamentos técnicos defendidos pela entidade, oferecendo uma visão atualizada sobre temas relevantes ao agronegócio, como políticas públicas, legislação, infraestrutura, sustentabilidade e representatividade rural. São registros que fortalecem a transparência e demonstram o compromisso da FAET com o desenvolvimento do setor produtivo tocantinense.

09
ABRIL

11
ABRIL

Oficina de Elaboração do Plano Estadual para a Promoção da Cultura Exportadora - FIETO

A oficina promovida pela FIETO em parceria com o governo do Tocantins ocorreu de 9 a 11 de abril de 2025, reunindo cerca de 30 representantes de órgãos federais e locais, especialistas em comércio exterior e profissionais do meio agrícola para estruturar um plano voltado ao agronegócio tocantinense.

Ao longo desses três dias, foram discutidas estratégias para fortalecer cadeias produtivas de frutas tropicais, grãos e bioinsumos, bem como para consolidar polos de processamento agroindustrial com foco em práticas sustentáveis e certificações fitossanitárias que atendam às exigências dos mercados internacionais.

Foi identificada a necessidade de aprimorar a infraestrutura logística, especialmente nos terminais e nas ligações multimodais rodoviárias e fluviais e de criar agrupamentos de exportação coletiva para pequenos e médios produtores, a fim de reduzir custos e ampliar o poder de negociação.

Sob a coordenação da FIETO, foram definidas ações de capacitação em embalagens inteligentes, análise de mercado e gestão de contratos internacionais, assegurando um roteiro sólido para que o agronegócio do Tocantins expanda suas exportações e consolide seu crescimento econômico de forma sustentável.

24
ABRIL

Audiência pública da ANEEL Nº 002/2025: Revisão tarifária periódica

A ANEEL realizou no dia 24/04/2025, em Palmas, uma audiência pública presencialmente no auditório do SEBRAE para apresentar a proposta de revisão da tarifa de energia da Energisa Tocantins. O encontro teve como objetivo ouvir a sociedade e buscar melhorias no processo que define os valores da conta de luz.

A diretora Ludimila Lima da Silva destacou o compromisso com a transparência e explicou que a revisão busca garantir equilíbrio entre os custos da empresa e uma tarifa justa para o consumidor. Em seguida, o especialista Deveth Lima

Ferreira explicou como a tarifa é calculada e reforçou a importância da qualidade e eficiência no serviço.

Após a apresentação, a palavra foi aberta aos participantes. Representantes de diversas entidades, incluindo da FAET, trouxeram sugestões e preocupações sobre o impacto das tarifas, especialmente para o setor rural. Por sua vez, a FAET destacou que os pequenos produtores precisam de uma visão mais aprimorada quanto a tarifa de energia e ressaltou a necessidade de manutenção contínua da rede existente.

29
ABRIL

Reunião Conjunta da Comissão Nacional de Empreendedores Familiares Rurais e do Grupo de Trabalho Econômico

No dia 29/04/2025, foi realizada a reunião conjunta da Comissão Nacional de Empreendedores Familiares Rurais e do GT Econômico da CNA, na qual foi apresentado o novo curso sobre Crédito Fundiário -

SENAR, através da plataforma SENAR PLAY, que pode ser acessado por este link: <https://bit.ly/46kFVxe>

O curso de Crédito Fundiário é voltado para trabalhadores rurais, agricultores familiares e profissionais de assistência técnica e extensão rural.

Esta formação tem como objetivo a capacitação para o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e está sendo oferecido pela plataforma EAD do SENAR, com carga horária de 27 horas. Qualquer cidadão pode fazer a sua matrícula gratuitamente neste link:

<https://bit.ly/46kFVxe>

Em seguida, foi apresentada a proposta da CNA para o Plano Safra 2025/2026, com foco na agricultura familiar. A proposta, construída com apoio das Federações, busca superar problemas enfrentados na safra atual (2024/2025), como a baixa execução do crédito e as dificuldades com o Proagro e o seguro rural.

A CNA propôs R\$ 103 bilhões para fortalecer a agricultura familiar, incluindo ajustes no PNAE e no PAA. Além disso, o Plano Safra 2025/2026, lançado pelo Governo

Federal com um total de **R\$ 516,2 bilhões** para impulsionar o agro brasileiro, prevê **R\$ 89 bilhões** em crédito voltado especificamente à agricultura familiar.

Ao final da reunião, foi discutido o Projeto de Lei nº 1.087/2025, que propõe mudanças na tributação da renda. A CNA alertou para os possíveis impactos aos produtores rurais, especialmente os de médio porte, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Apontou distorções e propôs duas emendas:

- *Correção do desconto simplificado pelo IPCA;*
- *Garantia de que a base do imposto considere o lucro da atividade rural, e não o faturamento.*

Com base nessas informações a FAET elaborou nota técnica a qual foi encaminhada aos Parlamentares Federais com intuito de defender os interesses da classe rural na Câmara dos Deputados.

Acesse a íntegra aqui:

<https://bit.ly/3HlLaE>



139ª Reunião Ordinária do CDE-TO

A 139ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins (CDE-TO), na qual a FAET tem representatividade e foi representada pelo seu conselheiro titular, Sr. Paulo Carneiro, ocorreu no dia 30 de abril de 2025, na sede da SICS.

A pauta incluiu apresentação sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado (ZEE) e análise de processos de incentivos fiscais, com destaque para os projetos das unidades **CALTINS** (Xambioá I e II e Bernardo Sayão) com atividade no ramo de extração de calcário dolomítico, e JAVI

Produtos Alimentícios com atividade no ramo de fabricação de águas envasadas, todos foram aprovados.

Outros dois processos foram arquivados: um da empresa **Capital Medh** do setor de comércio atacadista de medicamentos, teve sua não aprovação por inconsistências nos dados juntados no processo de solicitação de incentivos fiscais.

O segundo processo arquivado foi o da **Biotec**, com atividade de produção de biomassa, não houve aprovação por divergências significativas entre informações descritas no projeto de viabilidade econômico-financeira e a realidade verificada.

Em seguida, foi aprovado aportes financeiros no valor de R\$ 23 mil destinados à campanha “Amor que Vale Prêmios”, promovida pela Associação Comercial e Industrial de Gurupi (ACIG), com foco em estimular o comércio local em datas comemorativas. Também foi aprovado o

valor de R\$ 600 mil para a realização da 14ª edição da FENEVA AgroTech, evento promovido pela Associação Comercial e Empresarial de Paraíso do Tocantins (ACIP), voltado ao fomento de negócios e inovação no Vale do Araguaia.

Por fim, foi aprovado o aporte de R\$ 519.375,31 (quinhentos e dezenove mil e trezentos e setenta e cinco reais e trinta e um centavos) destinado à execução de obras de manutenção e adequação das instalações físicas do galpão da Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços (SICS) e do Gabinete do Governador, a serem utilizadas durante a 25ª edição da Agrotins.

Ainda durante a reunião, foi aprovado por unanimidade o edital de credenciamento de interessados para a elaboração de Projetos de Viabilidade Econômica e Financeira, com o objetivo de ampliar a base de prestadores de serviço aptos a subsidiar tecnicamente as análises do Conselho.

07
MAIO

01ª Reunião do Grupo de Trabalho Sobre a Regulamentação da Lei de Bioinsumos da CNA

Em 7 de maio de 2025, o Grupo de Trabalho da CNA reuniu cerca de 25 representantes de federações estaduais, especialistas em bioinsumos e técnicos do Ministério da Agricultura para discutir a regulamentação da Lei de Bioinsumos. Essa lei unifica todas as regras para insumos biológicos e dá segurança jurídica a produtores que fazem bioinsumos para uso próprio, sem precisar de registro, mas seguindo boas práticas definidas pelo Ministério, com material de apoio do Senar.

Foram acordadas as regras de transporte entre propriedades, sempre com responsável técnico e as formas de obter o inóculo: bancos de germoplasma, multiplicação de produtos já registrados ou coleta direta na natureza. Também ficou proibido usar produtos comerciais não registrados para multiplicação e importar insumos para uso próprio.

No âmbito comercial, biofábricas, importadores, exportadores e comerciantes de bioinsumos devem se registrar no órgão federal de defesa agropecuária, assim como cada produto, com prazo de até um ano. Há processo simplificado para itens similares e isenção de registro para produtos de baixo risco, como semioquímicos e armadilhas mecânicas. Agências de saúde e meio ambiente vão participar da análise de tecnologias novas.

O Grupo vai reunir as sugestões das federações para ajudar o Ministério a definir as boas práticas, e depois o Senar vai elaborar os guias de orientação para os produtores. Além disso, reforçou-se a importância de fiscalizar quem rotula produtos como “orgânicos” sem comprovar qualidade, para manter a credibilidade do setor.

12
MAIO**Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Florestas do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Tocantins**

No âmbito de reuniões semanais na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, foi discutido um projeto de resolução que estabelece, de forma simplificada, os procedimentos estaduais para o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e para a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), em consonância com a legislação federal vigente.

Pela proposta, todo imóvel rural deverá inscrever-se gratuitamente em um sistema digital integrado ao cadastro nacional, fornecendo informações básicas sobre limites da propriedade, áreas de preservação permanente e reservas legais.

Essa inscrição gera um certificado que, após análise técnica (inclusive por satélite), pode ser classificado como ativo, pendente ou em conflito, dependendo da

consistência dos dados.

Com o certificado em mãos, o proprietário tem a opção de aderir ao PRA por meio de um termo de compromisso, assumindo obrigações de recuperar áreas degradadas ou compensar eventuais faltas de reserva legal. Enquanto cumpre o cronograma de restauração, ficam suspensas certas penalidades por infrações anteriores; já a inobservância dos prazos ou exigências pode levar à suspensão ou cancelamento do registro e à aplicação de sanções.

Para facilitar o acesso público, informações essenciais como situação cadastral e localização do imóvel serão disponibilizadas online, promovendo transparência. A minuta ainda não foi finalizada e seguirá para avaliação do setor jurídico antes de qualquer aprovação ou implantação.

13
MAIO**01ª Reunião Ordinária da Comissão de Sementes e Mudanças do Tocantins**

Em 13 de maio de 2025, no primeiro dia da Agrotins, a Comissão de Sementes e Mudanças do Tocantins reuniu-se no estande da Uniggel com representantes da Seagro, Aeato, Adapec, Embrapa, Agrícola Ferrari, Uniggel, produtores rurais e da FAET para dar o pontapé inicial nas propostas de regulamentação, credenciamento, registro e certificação de sementes e mudas no estado. Além dos temas institucionais, o grupo explorou o mercado de gergelim e outras culturas alternativas

e ainda conheceu a Reniva, nova cultivar de mandioca desenvolvida pela Embrapa.

Como primeiro encontro, serviu principalmente para alinhar procedimentos e trocar impressões, cabendo agora aprofundar as discussões em futuras sessões, com propostas técnicas detalhadas, definição de responsáveis e cronogramas para transformar essas ideias em ações concretas.

14
MAIO**140ª Reunião Ordinária do CDE-T0**

A 140ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins (CDE-T0), na qual a FAET tem representatividade e foi representada,

nesta ocasião, por seu conselheiro suplente, Sr. Pedro José Ferreira, ocorreu no dia 14 de maio de 2025, durante a Agrotins.

Foram analisadas solicitações de incentivos fiscais para projetos das empresas **CALTINS** (unidades de Natividade e Formoso do Araguaia), com atividade no ramo de extração de calcário dolomítico, logo após a **RAYIL TRADING**, cuja atividade é o beneficiamento de minério de metais preciosos no município de Nova Olinda-TO, sendo todos os projetos aprovados por unanimidade.

No mesmo sentido, foi aprovado o aporte de R\$ 30 milhões para a implantação do Parque Tecnológico do Tocantins, proposto pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT), com foco em inovação e desenvolvimento regional. Já a proposta de R\$ 1,5 milhão para a revitalização do Centro Comercial Popular de Palmas foi retirada de pauta para realizar ajustes antes da apresentação para o conselho de desenvolvimento econômico.

15
MAIO

3ª Reunião Ordinária do Conselho Jurídico e 3ª Reunião Ordinária da CNRTPS

No dia 15 de maio de 2025, a FAET participou de duas importantes reuniões promovidas pela CNA: o Conselho Jurídico e a Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social (CNRTPS), trazendo como pauta questões trabalhistas relevantes, tais como, os riscos psicossociais no campo e a revisão da NR-15 sobre calor em trabalho a céu aberto.

Também foram abordadas mudanças nas negociações coletivas e possíveis novas teses jurídicas do TST. A agenda da 113ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT também foi destaque.

No Conselho Jurídico, os debates giraram em torno da minuta do novo marco legal para demarcação de terras indígenas. Embora o texto traga avanços, como maior transparência e a garantia de indenização pela terra nua, a ausência do marco temporal ainda preocupa o setor.

Também foi discutida a prática de embargos coletivos por parte do IBAMA, que vem afetando centenas de propriedades sem individualização das áreas. A CNA acionou o STF contra essa medida. Outro tema sensível foi a ADO nº 92, que questiona a omissão legislativa sobre a pulverização aérea de defensivos.

22
MAIO

Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Aves e Suínos da CNA

O principal tema discutido foi a gripe aviária que acometeu o país no mês de maio. Como deliberação da reunião a FAET desenvolveu uma Nota Técnica, publicada no site, para informar sindicatos, técnicos e produtores rurais, conforme link: [Nota Técnica Gripe Aviária](#)

Além disso, foi discutida a Portaria SDA/MAPA Nº 1.280, de 15 de maio de 2025 e Portaria SDA/MAPA Nº 1.295, de 3 de junho

de 2025, ambas em consulta pública, que estabelecem regras e procedimentos para a proteção e o bem-estar dos animais de produção durante transporte acompanhado de Guia de Trânsito Animal. De forma que tanto a FAET como a CNA estão analisando todos os pontos dispostos na Portaria, a fim de enviar apontamentos para o Ministério da Agricultura e Pecuária-MAPA.

23
MAIO

10ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente do Fundo Estadual do Meio Ambiente

Em 23 de maio de 2025 foi realizada reunião para consolidar a minuta de resolução do Fundo Estadual de Meio Ambiente, centrada em orientar a elegibilidade, a apresentação, a execução e a prestação de contas de projetos ambientais. Na pauta, procedeu-se à revisão da redação para eliminar redundâncias, unificar critérios em parágrafo único e assegurar que tanto órgãos públicos quanto entidades privadas sem fins lucrativos estejam alinhados às finalidades definidas na legislação estadual.

Foram então estabelecidos os requisitos mínimos para submissão de propostas, contemplando documentação cadastral, justificativa, objetivos, metodologia, orçamento, cronograma de execução e composição da equipe técnica. A padronização de anexos foi validada como instrumento de eficiência, garantindo clareza na avaliação e possibilitando solicitações adicionais conforme necessidade, em conformidade com normativos anteriores.

O debate sobre prazos culminou na decisão de estender o limite máximo de execução de doze para até vinte e quatro meses, com previsão de prorrogação excepcional. Optou-se por diferenciar o regime de Termo de Execução Descentralizada e o de convênios, conferindo flexibilidade operacional e mitigando riscos de atrasos burocráticos.

Quanto ao fluxo de recursos, definiu-se que os repasses ocorrerão via termo de execução descentralizada ou convênio, obedecendo à legislação de licitações e contratos públicos.

Foram alinhados critérios de contrapartida, garantias, cronograma de desembolso e penalidades como suspensão de repasses e devolução de valores para eventuais descumprimentos.

Na sequência, assumiu-se o modelo de acompanhamento e prestação de contas por meio de relatórios técnicos e financeiros periódicos, comprovação de atividades e mensuração de resultados e impactos ambientais, reforçando governança e transparência no uso dos recursos.

Em atenção à urgência, ficou definido que o edital de chamamento público deverá ser estruturado ainda em 2025, demandando a elaboração de regramento interno pelo órgão gestor, com suporte desta comissão. Na reunião realizada em 30 de junho de 2025, foi aprovada em definitivo a versão final da minuta de resolução e do parecer técnico, ambos encaminhados à câmara jurídica para validação e, posteriormente, submetidos ao plenário para deliberação final.

Por fim, foi sugerida a criação de unidade central de projetos, integrando a equipe de planejamento e responsáveis pela operacionalização dos recursos, com vistas a otimizar processos, reduzir gargalos e acelerar a publicação de editais. Reiterou-se o compromisso com a continuidade dos trabalhos, priorizando clareza, flexibilidade e governança efetiva para viabilizar a aplicação dos recursos do ciclo 2024-2026.

28
MAIO

17ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Outorga e Ações Reguladoras

No final de maio e início de junho de 2025, ocorreram duas reuniões da Câmara Técnica de Outorga e Recursos Hídricos para debater a regulamentação coletiva do uso da água e dos canais de drenagem. A primeira, em 28 de maio, teve caráter exploratório e de debate,

voltada a entender o conceito de outorga coletiva, identificar situações de conflito de uso em bacias como a do rio Formoso e discutir como consolidar uma norma estadual inspirada em modelos de outros estados. A segunda, em 4 de junho, retomou esses pontos concentrando-

se na sistematização dos normativos identificados, na definição de diretrizes básicas para os estudos técnicos e na aprovação de um procedimento preliminar sobre outorga coletiva e drenagem.

No encontro de 28 de maio, destacou-se que a “outorga coletiva” pressupõe avaliar, de modo conjunto, a disponibilidade e a demanda de água em trechos de uma bacia, estabelecendo um equilíbrio entre múltiplos usuários. Foi explicado que, antes de avançar na regulamentação, é preciso consolidar um grupo de trabalho para monitorar o plano de ação da bacia, produzir memorial de cálculo para o balanço hídrico e emitir relatórios sobre trechos com conflitos.

Também ficou claro que a complexidade técnica do processo exige elaborar termos de referência mínimos, contemplando tipologia de canais, regime de escoamento, impactos ambientais e conflitos de uso e envolver órgãos de pesquisa e especialistas para subsidiar o debate técnico. Discutiu-se ainda a necessidade de estender a regulamentação a todo o estado, prevendo instâncias específicas (comissões gestoras locais ou comitês de bacia) conforme as características de cada região.

Em relação aos canais de drenagem, a reunião do dia 28 de maio ressaltou que

sua prática sem licenciamento ou critérios claros tem gerado conflitos ambientais e agrônômicos, sobretudo em áreas alagáveis. Por isso, propôs-se incorporar a gestão desses canais ao plano de manejo das Áreas de Proteção Ambiental responsáveis, criando, em paralelo, diretrizes para licenciamento e outorga de volumes drenados.

Na reunião de 4 de junho, consolidou-se o entendimento ao definir que seriam compiladas todas as legislações federais, estaduais e interestaduais pertinentes, elaborados os termos de referência básicos e avaliadas estimativas de custo junto a universidades e centros de pesquisa. A aprovação preliminar do procedimento de outorga coletiva seguiu-se o compromisso de convocar novo encontro após a análise dessas cotações, para homologar o texto final.

Nos próximos passos, a CTPOAR - CERH vai reunir e sistematizar todos os normativos aplicáveis em âmbito federal, estadual e municipal; redigir diretrizes mínimas para orientar os estudos técnicos sobre outorga coletiva e canais de drenagem; obter propostas de instituições de referência para fundamentar a alocação de recursos necessários; e agendar uma nova sessão para aprovar de forma definitiva o procedimento e divulgar amplamente os resultados.

02
JUNHO

Oficina Boi na Linha

No encontro foi abordado e discutido o Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado da Amazônia 2.0, de forma que foram apresentadas as modificações do documento, quando comparado ao volume 1.0. Também foram realizadas sugestões para o novo texto do protocolo que está em fase final de elaboração.

04
JUNHO

12
JUNHO

Reunião Ordinária 04/06 e Reunião Extraordinária 12/06 - CETER

A FAET participou das reuniões do **CETER** - Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, realizadas nos dias 4 e 12 de junho. Os encontros discutiram melhorias na estrutura do SINE e a aplicação de recursos em programas sociais e dados de empregabilidade.

No dia 04/06 na reunião ordinária, foi anunciada a implantação das Casas do Trabalhador em Palmas e Taquaralto, com estrutura moderna e acolhedora, incluindo brinquedoteca, fraldário, laboratório de informática e sala de amamentação. A proposta é transformar o antigo SINE em



um espaço mais funcional e próximo das necessidades reais da população.

Além disso, foi apresentado os dados PNAD do 1º trimestre, onde o estado do Tocantins ocupa o 2º lugar com menor taxa de desemprego na região norte do País, no mesmo sentido Palmas está em 1º lugar nas menores taxas de desemprego em comparação com as capitais da região norte.

Já na reunião extraordinária do dia 12/06 foi deliberado sobre o Plano de Ação (PAS)

com destinação de recursos para o Fundo Estadual do Trabalho - FET/TO, a qual visa aquisição de dois veículos automotores, o plano de ação proposto foi aprovado por unanimidade.

Aberto para falas, o conselheiro Luiz Cláudio, representante da FAET, defendeu a modernização dos processos seletivos do SINE no Tocantins, com uso de plataformas digitais, análise de perfil profissional e integração de sistemas. A proposta visa tornar os processos mais ágeis e eficientes.

04
JUNHO

Assembleia de Composição da Comissão da Produção Orgânica no Estado do Tocantins (CPOrg-TO) para o Biênio 2025-2027

Em 4 de junho de 2025, em Palmas, foi instalada a Comissão de Produção Orgânica do Tocantins (CPOrg-TO) para o biênio 2025-2027, reunindo representantes de órgãos públicos, universidades, cooperativas e especialistas no setor orgânico. Na abertura, foi aprovado por unanimidade o modelo de governança, com coordenação titular por instituição pública e Secretaria Executiva sob responsabilidade do órgão federal.

Entre as ações definidas, destaca-se o lançamento da Campanha do Alimento Orgânico 2025, que ocorreu no dia 8 de julho, com o objetivo de informar o consumidor sobre os métodos de cultivo, a rastreabilidade do produto e seus benefícios à saúde e ao meio ambiente.

A comissão realizará o mapeamento de grupos agroecológicos interessados em formar

Organizações de Controle Social (OCS), dando prioridade a coletivos já estruturados em regiões turísticas, a fim de ampliar a visibilidade e o escoamento da produção. Para aproximar o debate das diferentes realidades do estado, as reuniões ordinárias passarão a ser itinerantes, alternando-se entre as sedes das instituições-membro. A próxima sessão está prevista para o início de agosto, com data e local a confirmar.

Foram criados ainda grupos de trabalho temáticos voltados à certificação, à capacitação e ao registro de OCS que deverão elaborar propostas detalhadas para cada área. Por fim, a comissão iniciou um estudo de viabilidade para que o cadastro das OCS seja realizado por entidade externa parceira, o que poderá agilizar prazos e oferecer suporte especializado aos novos grupos. Todos os encaminhamentos já estão em fase de preparação para execução.

No dia 4 de junho de 2025, reuniu-se um grupo formado por representantes do governo federal, estadual, bancos e demais instituições para discutir como aplicar, de forma eficiente e participativa, os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia no Tocantins. Estavam presentes arquitetos, técnicos da Sudam, agentes do Ministério da Integração, do Banco do Brasil, de entidades de produtores rurais e industriais, além de apoio da área de tecnologia da informação para garantir o registro de participação e de contribuições.

A sessão foi aberta com as boas-vindas da equipe de suporte da CGTIC. Em seguida, o superintendente da Sudam ressaltou o caráter democrático do processo, enfatizando a importância de ouvir governos municipais, estaduais e a iniciativa privada para promover um desenvolvimento autônomo e integrado à região. Foi anunciada, ainda, uma caravana de diálogo que percorrerá o estado em agosto, além do planejamento para a participação na próxima Conferência das Partes sobre a Amazônia.

Cada instituição teve espaço para apresentar suas necessidades e propostas. Da Secretaria de Agricultura, mencionou-se a dificuldade que pequenos produtores têm de acessar crédito rural e a necessidade de simplificar prazos e documentos. O Banco do Brasil garantiu empenho em agilizar os desembolsos para projetos locais. Representantes da indústria destacaram o potencial de agregar valor à matéria-prima produzida no estado, defendendo linhas de crédito com juros reduzidos. Já o Ministério da Integração mostrou como alinhar programas federais com as prioridades dos fundos, e a federação de trabalhadores rurais colocou-se à disposição para articular parcerias com a Sudam.

Na parte técnica, foram apresentados números consolidados: para 2025, estão previstos cerca de R\$3,5 bilhões destinados ao financiamento de empreendimentos pela Sudam e R\$830 milhões pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia. Explicou-se de maneira simples como esses valores são distribuídos levando em conta o tamanho dos projetos, o perfil das regiões e as necessidades de municípios com menor renda. Também se mostrou um relatório anual que acompanha a execução dos recursos, analisa o grau de adimplência e sugere ajustes para assegurar que o dinheiro aplicado gere resultados concretos no fortalecimento da economia local.

Um ponto de destaque foi a demonstração de uma ferramenta online que simula, município a município, as condições de financiamento – incluindo percentuais de cobertura dos custos, prazos para pagamento e taxas de juros. Esse “simulador” permite comparar, por exemplo, as possibilidades de apoio financeiro em Palmas e em cidades menores, facilitando o planejamento de quem busca recursos.

A equipe técnica da Sudam ficará encarregada de consolidar todas as contribuições e preparar minutas que serão avaliadas no Conselho Deliberativo marcado para agosto. Além disso, ficou acertado que as apresentações e o simulador ficarão disponíveis nos portais da Sudam, do Ministério do Desenvolvimento Regional e do Banco da Amazônia, para consulta livre dos interessados. Dessa forma, o encontro buscou unir esforços e conhecimentos para que os recursos públicos gerem impacto real, sustentável e inclusivo em toda a região.

Reunião realizada no evento PECNORDESTE 2025, no dia 05/06/2025. De forma que foram apresentados os cenários e desafios do Brasil na produção aquícola, assim como os avanços no setor e tecnologias que estão sendo desenvolvidas pela Embrapa.

12
JUNHO**40ª Reunião da Câmara Setorial da Piscicultura do Tocantins – CSP**

A FAET solicitou, por meio de ofício, a participação na Câmara Setorial de Piscicultura vinculada à Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado do Tocantins, de forma que foi realizada a votação para inclusão e a entidade foi aprovada para participar da Câmara Setorial.

A FAET reconhece a importância estratégica desse espaço para o desenvolvimento sustentável do setor aquícola e pesqueiro no estado, e acreditamos que nossa participação poderá contribuir de maneira significativa nas discussões, proposições e deliberações voltadas ao fortalecimento da cadeia produtiva da piscicultura.

13
JUNHO**60ª Reunião - Assuntos Jurídicos CERH**

No dia 13 de junho, a FAET participou da 60ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos (CTPAJ) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/TO), representada por seu titular, Dr. Fabriel Wanderlei.

A reunião pautou-se na análise da minuta de resolução que cria a nova Câmara Técnica Permanente de Segurança de Barragens no âmbito do Conselho.

A proposta visa fortalecer a gestão e fiscalização das barragens no Tocantins,

alinhando-se à Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei Federal nº 12.334/2010) e às recomendações da Resolução TCE nº 304/2023.

Durante a reunião, ajustes redacionais foram feitos para tornar o texto mais adequado às etapas futuras de deliberação. Tanto o parecer jurídico quanto a minuta foram aprovados por unanimidade, com voto favorável da FAET.

13
JUNHO**Reunião de Trabalho com a The Nature Conservancy (TNC)**

A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins convidou representantes de entidades e órgãos para a apresentação da proposta da TNC, abordando o tema de “Rastreabilidade e Regularização Ambiental com Foco em Resultados”. Na ocasião foram discutidas

pautas importantes e encaminhamentos foram deliberados para as próximas tratativas, principalmente sobre a rastreabilidade bovina no estado, com ênfase nas questões sanitárias. De forma que a FAET estará vinculada aos tratados e deliberações sobre essa pauta no estado.

Senar, levando conhecimento e transformando vidas por todo o Tocantins




SENAR
Tocantins

www.
sistemafaetsenar.org.br

   /SistemaFaetSenar

  /SistemaFaet

 /FaetSenar



16
JUNHO

190ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos do COEMA

No dia 16 de junho de 2025, foi realizada, de forma virtual, a 190ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos (CTPAJ) do COEMA. A FAET participou da reunião, representada por seu assessor jurídico, Dr. Fabriel Wanderlei.

A pauta principal foi a discussão da minuta de resolução que estabelece diretrizes para apresentação, seleção e execução de projetos financiados com recursos do FUEMA.

Durante o debate, Dr. Fabriel sugeriu a inclusão de um prazo fixo – até 31 de agosto de cada ano – para a apresentação de projetos, buscando dar previsibilidade aos interessados. A proposta foi considerada pertinente, mas o presidente da CTPAJ ponderou que a fixação de um prazo anual é inviável, tendo em vista a dependência do calendário da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que pode variar a cada exercício.

Mesmo com a negativa ao prazo fixo, a FAET reforçou a importância de garantir maior previsibilidade por meio da padronização de prazos nos editais anuais. Mas foi respondido que a indicação de que essa

definição ficará a cargo do Naturatins, gestor da maior parte dos recursos do FUEMA, respeitando sua autonomia e os limites legais.

O conselheiro Fabriel ainda sugeriu que a seleção e aprovação dos projetos aptos a receberem recursos do FUEMA, após apresentação ao Naturatins, fossem atribuídas à Câmara Técnica do FUEMA e à plenária do COEMA. Em resposta, o representante jurídico da SEMARH esclareceu que, conforme o Decreto nº 2.633/2009, o Naturatins atua como gestor de 80% do fundo, sendo responsável pela análise prévia dos projetos antes de seu encaminhamento ao COEMA.

Desta forma, foi aprovada alteração no texto da minuta para adequar a linguagem aos novos marcos legais, substituindo termos como “convênio” e “TED” por “instrumentos jurídicos de parcerias e transferências voluntárias previstos na legislação vigente”.

Tanto o parecer jurídico quanto a minuta final, com as alterações sugeridas, mesmo com ponderações da FAET a minuta de resolução aprovada por unanimidade.

17
JUNHO

Reunião Estadual das Estatísticas Agropecuárias

A reunião ocorreu na sede do IBGE em Palmas para tratar dos principais resultados do levantamento sistemático realizado pelo IBGE para apresentar a produção agrícola e pecuária municipal nos anos de 2023 e 2024 no Estado do Tocantins. A análise considerou nove culturas vegetais, sendo elas o milho, arroz, mandioca, melancia, abacaxi, algodão herbáceo em caroço, feijão, soja e onze produtos de origem animal como bovinos, suínos, galinhas e galináceos (incluindo ovos), equinos, caprinos, ovinos, bubalinos, mel de abelha, leite e piscicultura.

No segmento vegetal, a soja e o arroz atingiram, em 2023/24, valores de

produção recorde, reflexo da expansão de área plantada e da valorização dos preços médios. Em seguida, o milho apresentou comportamentos distintos: a primeira safra perdeu espaço, com queda em área e produção, enquanto a segunda safra continuou em expansão tanto na área plantada quanto no volume plantado e colhido, alcançando rendimento médio de 4.699 kg/ha. O feijão se manteve estável em produção e em área plantada, já algodão herbáceo em caroço, teve uma produção de 42.960t em 2024, número superior à produção de 2023. A cana-de-açúcar não teve movimentação expressiva, permanecendo estável em área e produção.

Na extração vegetal e silvicultura, Santa Rita, Novo Acordo e Carrasco Bonito se sobressaíram na produção de lenha. A extração de carvão vegetal caiu em volume e valor, pressionando preços para cima mesmo sem corte extra de eucalipto em 2024. São Bento liderou a extração de madeira em tora, com cerca de 23.000 ha explorados.

A mandioca registrou leve retração, passando de 242.167t em 2023 para 237.771t em 2024, com Formoso do Araguaia, Miracema e São Bento firmes na liderança estadual. Entre as frutas, a melancia cresceu de forma marcante em Guaraí, apesar de alguns tributos estaduais desestimularem sua produção em outras localidades. O abacaxi em Miracema, por sua vez, caiu de 48 333 mil frutos em 2023 para 27.732 mil frutos em 2024, mas o município continua como maior produtor estadual.

Na produção animal, o rebanho bovino do Tocantins cresceu 2,75% em 2024 (equivalente a 311.322 cabeças), garantindo ao estado o terceiro lugar em variação de crescimento no país, com destaque para Araguaçu, Formoso do Araguaia e Araguaína. A suinocultura permanece concentrada na agricultura familiar, em parte pela falta

de políticas públicas de incentivo e pelas limitações climáticas para criações em larga escala. A criação de equinos caiu 10,85%, enquanto os bubalinos subiram ligeiros 1,16%, totalizando 6.274 cabeças. Caprinos e ovinos mantiveram-se estáveis. Darcinópolis segue líder na produção de galinhas, galináceos e ovos. A produção de leite ficou quase inalterada, com Colmeia, Araguaatins, Goianorte e Miracema. A apicultura, por fim, sofreu retração de 9,69%, resultando em 10.524 litros de mel a menos produzidos.

A piscicultura registrou salto de 31,63% entre 2023 e 2024, totalizando 3.657,562 kg de pescado. O tambaqui foi o carro-chefe, especialmente em Almas, Dianópolis e Araguaína.

Durante o encontro, destacou-se a necessidade de avaliar a efetividade do Plano Safra frente aos altos custos de insumos, que têm reduzido áreas de cultivo. Verificou-se também que muitas áreas recém-abertas não têm cultura definida, o que reforça a urgência de um mapeamento detalhado. Foi levantada também a necessidade de previsões climáticas mais precisas e quais são as tendências para a safra 25/26.

25
JUNHO

Reunião - COEMA (PLENÁRIA)

No dia 25 de junho, foi realizada a 27ª Reunião Extraordinária On-line do Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA).

Tomaram posse como novos representantes da FAET no colegiado o conselheiro titular Luiz Cláudio e o suplente Fabriel Pinto Wanderlei.

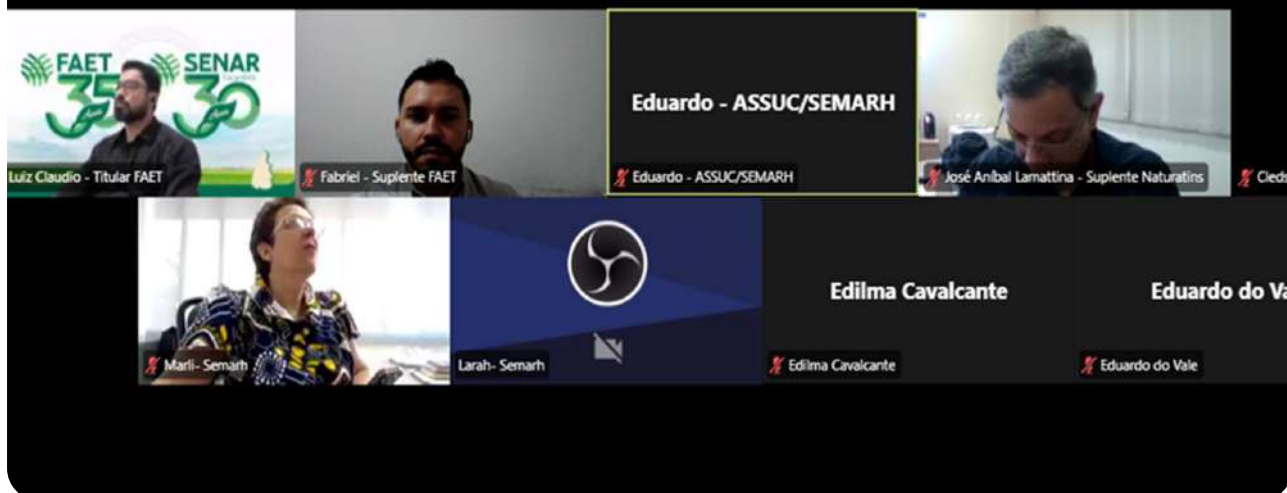
A pauta principal da reunião foi a análise da minuta de resolução que estabelece critérios para apresentação, seleção e acompanhamento de projetos financiados com 40% dos recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente (FUEMA).

A proposta teve como base a legislação estadual e um termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público, com o objetivo de garantir mais clareza e segurança jurídica na destinação desses recursos.

Durante os debates, Luiz Cláudio (FAET) destacou a importância de preservar o caráter deliberativo do COEMA e da Câmara Técnica do FUEMA, sugerindo ajustes nos artigos 8º e 9º da minuta.

Defendeu que o NATURATINS se limite à análise técnica dos projetos, sem poder de decisão sobre quais propostas devem ser encaminhadas à plenária, evitando assim a concentração de decisão unicamente para NATURATINS. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Além disso, outras alterações foram aprovadas, como a inclusão da possibilidade de participação de entes federais na apresentação de projetos, desde que executados no território estadual, e a permissão para uso de recursos do fundo no pagamento de



bolsas de pesquisa vinculadas às iniciativas selecionadas. A minuta foi aprovada por 17 votos favoráveis.

Ao final da reunião, também foi discutido pedido da Associação Tocantinense de Municípios (ATM) para reduzir de oito para seis meses o tempo mínimo de permanência no Mapa do Turismo Brasileiro

como critério de acesso ao ICMS Ecológico. A demanda obteve votos favoráveis para ser encaminhada às Câmaras Técnicas do ICMS Ecológico e Assuntos Jurídicos para análise técnica e posterior deliberação em plenária.

26
JUNHO

II Workshop de Licenciamento Ambiental e Crédito na Pesca e Aquicultura

Foi abordada a importância das atualizações, já que a produção de pescado é uma das atividades relacionadas à proteína animal que mais cresce no país. Para que este potencial de produção de pescado se torne realidade, torna-se necessário além de todo o suporte técnico e gerencial, a regularização ambiental da atividade e o acesso e disponibilidade de crédito pelos agentes oficiais e privados.

27
JUNHO

Capacitação DJE pela CNA

No dia 27 de junho de 2025, a diretoria jurídica juntamente com a assessoria jurídica do departamento técnico da FAET, participaram como mediadores da capacitação proposta pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, sobre Domicílio Judicial Eletrônico (DJE).

A capacitação teve como objetivo orientar os sindicatos e os produtores rurais sobre o que é o DJE, sua finalidade, quem está obrigado ao seu uso,

bem como a forma correta de efetuar o cadastro e demais aspectos práticos.

Na oportunidade, foi possível esclarecer dúvidas recorrentes sobre o tema, apresentando que a nova ferramenta de intimações contribui para uma comunicação judicial mais segura, eficiente e alinhada às exigências legais.

Em síntese o Domicílio Judicial eletrônico é uma plataforma criada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ



para centralizar o recebimento de citações e intimações processuais de todos os tribunais do país. Com intuito de agilizar e dar segurança às comunicações judiciais. **Empresas, inclusive produtores rurais com CNPJ, são obrigadas a se cadastrar.** A falta de adesão pode trazer prejuízos, como perda de prazos ou condenações sem defesa adequada.

A capacitação teve duração de 1 hora e contou com a participação de mais de 20 espectadores, dentre eles Presidentes de Sindicatos Rurais no estado do Tocantins, diretores de sindicatos rurais, profissionais jurídicos e demais interessados na capacitação.

27
JUNHO

II Reunião Ordinária Anual dos membros da Câmara Setorial da Apicultura

Foram apresentadas algumas informações sobre o censo apícola que está sendo desenvolvido e executado no Tocantins. Também ocorreram as discussões iniciais para o planejamento do X Seminário Estadual de Apicultura e IV Seminário Estadual de Meliponicultura, sendo que a FAET auxiliará na articulação para o desenvolvimento do evento.

01
JULHO

Reunião da Equipe Gestora Estadual para Febre Aftosa



O Brasil recebeu o reconhecimento internacional de país livre de febre aftosa sem vacinação no dia 06 de junho de 2025. Diante desse novo cenário, a Agência de Defesa Agropecuária (Adapec) solicitou o engajamento das entidades parceiras para ampliar a vigilância, elaborar propostas e estratégias, com a finalidade de reforçar a importância da notificação imediata de qualquer caso suspeito da doença.

O sistema FAET/Senar vai direcionar esforços conjuntos com a Adapec para colaborar com o monitoramento da febre aftosa no estado.

Será promovida a capacitação de técnicos de campo de bovinos, instrutores, mobilizadores e profissionais da saúde que estão vinculados ao Senar, contribuindo com as possíveis notificações da doença.

Durante o encontro também foram discutidos outros possíveis treinamentos, iniciativas de educação sanitária e publicidade do tema. Outro assunto

debatido foi a necessidade de divulgação do Fundeagro, fundo que oferece proteção financeira aos produtores em casos de emergência sanitária, como surtos de doenças, incluindo a febre aftosa.

Acesse a íntegra aqui: <https://bit.ly/4fbimJE>



03
JULHO

4ª Reunião do Núcleo de Relações Institucionais da CNA em 2025

No dia 3 de julho, a FAET participou da 4ª Reunião do Núcleo de Relações Institucionais da CNA, realizada de forma virtual. Na reunião, houve palestra do Sr. Rodrigo Justus quanto ao Projeto de Lei nº 2.159/2021, que trata da reformulação do licenciamento ambiental no país.

Durante os debates, o conselheiro Luiz Cláudio Faria Cruz relatou a situação crítica enfrentada no Tocantins quanto à morosidade e à estrutura precária do órgão ambiental estadual. Destacou que a emissão de licenças ambientais no estado leva, em média, de seis meses a um ano, o que inviabiliza investimentos. Também chamou atenção para a falta de gestão nas unidades de conservação: *“Nós temos nove unidades de conservação e nenhuma com plano de manejo aprovado”*, pontuou.

Na sequência, o assessor jurídico da FAET, Fabriel Pinto Wanderlei, reforçou o posicionamento institucional em favor

da aprovação do PL 2.159/2021 - PL do licenciamento ambiental, informando que a Federação já oficiou os oito deputados federais do Tocantins solicitando apoio à matéria.

Fabriel também destacou que a FAET acompanha outras pautas relevantes em tramitação, como as discussões sobre o Imposto de Renda e o IOF.

A CNA ressaltou a importância do projeto de lei do licenciamento ambiental como ferramenta para dar maior segurança jurídica e previsibilidade aos processos de licenciamento, além de combater a burocracia excessiva e as sucessivas exigências documentais que travam os investimentos no setor produtivo.

Ao final, foi reforçado o compromisso das entidades em atuar de forma articulada nos estados para viabilizar a efetiva implementação da nova legislação.

Nessa comissão também foi amplamente abordada a Portaria SDA/MAPA Nº 1.280, de 15 de maio de 2025 e Portaria SDA/MAPA Nº 1.295, de 3 de junho de 2025, que estabelecem regras e procedimentos para a proteção e o bem-estar dos animais de produção durante transporte, as quais possuem grandes entraves para exequibilidade.

Devido a isso, a Confederação e as Federações estão direcionando esforços em todas as suas comissões nacionais para a produção de material contestatório das Portarias, o mesmo será enviado ao MAPA durante o período de consulta pública.

Também foi discutida a Regulamentação das Leis nº 15.021/2024 e 14.515/2022, que descrevem sobre a comercialização de material genético bovino. Dessa forma, foi solicitado para que as Federações descrevam apontamentos e encaminhem para a CNA, a fim de auxiliar no envio de sugestões para o Decreto que

regulamentará as Leis supracitadas.

Ademais, foram abordadas as próximas estratégias de atuação para melhorias no combate da brucelose e tuberculose, já que com a retirada da vacinação para febre aftosa os esforços do MAPA serão direcionados para essas doenças. Dessa forma, a CNA e as Federações precisam estar alinhadas, além de apresentar propostas e propor melhorias para diagnóstico, certificação, vacinação, indenização e gestão do programa, tanto na esfera nacional quanto na estadual.

Além disso, foi conversado sobre os fundos sanitários, que tem como objetivo contribuir com os produtores rurais quando há diagnóstico positivo de doenças de notificação obrigatória e que resultam no abate de animais. O objetivo da CNA é que ocorram discussões mais amplas do funcionamento dos fundos em cada estado, assim como compartilhar ações práticas e exemplos positivos de funcionamento.

Nota técnica PL do licenciamento ambiental

No dia 09 de junho de 2025 foi lançada Nota Técnica da FAET apoiando o Projeto de Lei do licenciamento ambiental, que pode destravar o agro e a infraestrutura nacional.

Com a recente aprovação pelo Senado Federal do Projeto de Lei 2.159/2021, inaugura-se uma nova fase para o setor agropecuário nacional, modernizando regras do licenciamento ambiental, tornando processos mais rápidos, claros e menos burocráticos.

Os benefícios se destacam para os pequenos e médios produtores rurais, com isenção para diversas atividades agropecuárias e a criação da Licença

por Adesão e Compromisso (LAC), sendo um tipo de licenciamento mais simples e ágil que visa facilitar e dar segurança jurídica aos trabalhos dos produtores rurais.

O impacto positivo é mensurado não só para o setor do agronegócio, mas também no favorecimento das obras de infraestrutura, como estradas e ferrovias, reduzindo custos logísticos e impulsionando a competitividade do agronegócio.

Para conferir a nota técnica em sua íntegra, acesse o link da notícia aqui: <https://bit.ly/40ADZNz>

Nota técnica PL do Imposto de Renda

Como desdobramento da reunião do dia 29/04 referente ao Grupo de Trabalho Econômico, foi elaborada nota técnica com a finalidade de apresentar para os Deputados Federais os argumentos das emendas propostas no PL 1.087/2025, da Reforma Tributária do Imposto de Renda.

A nota técnica foi elaborada com base no parecer técnico Nº 03/2025 do Sr. Renato Conchon - Coordenador do Núcleo Econômico, abordando os dispositivos do texto de lei que causam ônus desproporcionais ao produtor rural caso seja aprovado da maneira como está redigido.

A principal motivação que busca nesta

nota técnica é a busca de apoio dos Parlamentares Federais Tocantinenses na aprovação das duas emendas propostas pela CNA, qual sejam:

- 1. Exclusão do faturamento rural do IRPFM, limitando a tributação ao lucro efetivo.*
- 2. Atualização do desconto simplificado de R\$ 16.754 para R\$ 16.800, inferior ao valor corrigido pelo IPCA (R\$ 28.637,69), conforme proposta de emenda da CNA para garantir justiça fiscal.*

A Nota Técnica em sua íntegra pode ser acessada clicando aqui:

<https://bit.ly/3lHiLaE>

Nota sobre o IOF

No dia 28/05/2025 foi publicada nota institucional sobre o aumento do IOF, manifestando preocupação com o recente aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), posicionando-se no mesmo sentido de toda cadeia produtiva rural nacional, a FAET declarou apoio contrário ao aumento significativo do imposto, a qual eleva significativamente os custos de crédito, câmbio e seguros, impactando diretamente o setor produtivo tocantinense e no cenário econômico nacional.

A FAET através da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), apoiou a solicitação ao Congresso

Nacional, em especial aos parlamentares tocantinenses para que votassem contra o imposto. A Nota Institucional em sua íntegra pode ser acessada clicando aqui: <https://bit.ly/4mcV2h0>

Consequentemente, o desdobramento da votação do decreto de aumento do imposto foi a sua derrubada tanto na câmara dos deputados quanto no senado, impondo ao Governo Federal uma derrota dos interesses econômicos. Você pode conferir clicando aqui: <https://bit.ly/4o1texP>

A confecção da nota institucional do IOF foi mais um trabalho do Departamento Técnico da FAET.



ATeG - Assistência Técnica e Gerencial.

Para todos os produtores rurais.

- Identifica o que precisa ser melhorado na propriedade
- Orienta as melhores práticas técnicas para aumentar a sua produção
- Acompanhamento gratuito por 2 anos

Procure o Senar ou o sindicato rural da sua região ou acesse:
www.sistemafaetsenar.org.br / Email: ateg@senar-to.com.br
Fone: (63) 3219-9236

ATeG | **Assistência
Técnica e
Gerencial.**

**QUEM
VIVE DA
TERRA
PROTEGE
O QUE
É SEU.**

**O SENAR AJUDA
VOCÊ A PREVENIR
AS QUEIMADAS.**
DIAGNÓSTICO DE RISCO
PREVENÇÃO
ORIENTAÇÃO TÉCNICA
CURSO DE BRIGADISTA RURAL

PROCURE O
SINDICATO RURAL DE
SUA CIDADE. OU LIGUE

(63) 99917-6665

 **SENAR**
Tocantins



FAET
Federação da Agricultura
e Pecuária – Tocantins



NA DEFESA DOS INTERESSES
DO PRODUTOR RURAL
TOCANTINENSE!




**FAET
SENAR
SINDICATOS**



www.
sistemafaetsenar.org.br

  /SistemaFaetSenar

  /SistemaFaet

 /FaetSenar

ACNO 1 Rua, NO 05, 38, Plano Diretor Norte, Palmas/TO - CEP 77001-020